



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO COM HABILITAÇÃO EM JORNALISMO**

CAROLINA FILGUEIRAS ROTONDANO RAMOS

**O DESABAFO SOCIAL E A INTERFACE COMUNICAÇÃO E
EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO MENOR**

Salvador
2016

CAROLINA FILGUEIRAS ROTONDANO RAMOS

**O DESABAFO SOCIAL E A INTERFACE COMUNICAÇÃO E
EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO MENOR**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Comunicação Social, da Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rossoni

Salvador
2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Rossoni

Prof. Dr. Leonardo Reis

Profa. Me. Thais Faria Castro

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a proteção divina que tive nesses quatro longos e cansativos anos. Não foi fácil permanecer nessa jornada, mas o prazer de finalizar este ciclo pesquisando algo que me encanta é mais grandioso do que os percalços encontrados no caminho.

A minha mãe, pela paciência, amor infinito e compreensão constante, principalmente nesses últimos meses, em que meu mau humor muitas vezes tomou conta da casa. Você me ensina todos os dias a ser gente, a entender e respeitar as especificidades de cada um e principalmente a saber amar cada detalhe da vida.

Ao meu pai, pelos exemplos incessantes de honestidade e de superação, admiro cada detalhe da sua trajetória. A meu irmão pela sabedoria e é claro, pelos melhores conselhos do universo.

A Ricardo, por ter me ensinado, ao longo desses anos, que os sonhos de menina boba se tornam realidade no tempo certo e no lugar mais que inesperado.

Às amigas que vivenciaram comigo as ansiedades e angústias ao longo desses meses. Obrigada por não desistirem de mim.

Agradeço a Rossoni, por ter sido mais que um orientador, foi psicólogo alguns dias e soube ter paciência e generosidade em todos os momentos em que precisei, inclusive nos dias de surto.

E por fim, não poderia deixar de agradecer imensamente ao Desabafo Social, pelo trabalho maravilhoso que realizam, por resistirem e lutar por aquilo que acreditam. Vocês são um exemplo para mim e tantos outros jovens. Espero que vocês contagiem o mundo com suas ideias.

Para que a gente escreve, se não é para juntar nossos pedacinhos? Desde que entramos na escola ou na igreja, a educação nos esquarteja: nos ensina a divorciar a alma do corpo e a razão do coração. Sábios doutores de Ética e Moral serão os pescadores das costas colombiana, que inventaram a palavra sentipensador para definir a linguagem que diz a verdade.

Eduardo Galeano (2009)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o Coletivo Desabafo Social, criado em 2011, por Monique Evelle, uma jovem que tinha o desejo de transformar a realidade da juventude, por meio da promoção de atividades de estímulo à cidadania e aos direitos humanos. Discutindo temas que envolvem a interface entre a Comunicação e Educação, faremos alguns recortes para delimitar o campo de atuação do coletivo, tendo como base principal a sua perspectiva dialógica, através das contribuições deixadas pelo legado teórico de Paulo Freire. Desse modo, este trabalho procura compreender como as atividades do Desabafo Social se constituem num campo de intervenção social a partir das práticas educomunicativas. Amparada pelo conceito de Educação Menor, proposto por Sílvia Gallo, tentaremos compreender de que forma a atuação do coletivo propõe uma transformação da juventude, amparada pelos usos das tecnologias da comunicação.

Palavras-chave: Desabafo Social; Cidadania; Direitos Humanos; Educomunicação; Educação Menor.

LISTA DE ABREVIACOES

| | |
|-------------------|---|
| ECA/USP | Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo |
| DS | Desabafo Social |
| LANPUD | Rede Latino Americana e Caribenha de Pessoas que Usam Drogas |
| NCE-USP | Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo |
| NEI | Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Desabafo Social |
| SUS | Sistema nico de Saúde |
| UNESCO Cultura | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| UNIFACS | Universidade Salvador |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| 1. POR UM DESABAFO SOCIAL..... | 13 |
| 1.1. Projetos do Desabafo Social..... | 18 |
| 1.1.1. Escambo de Ideias..... | 18 |
| 1.1.2. #NaRoda..... | 19 |
| 1.1.3. Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Desabafo Social (NEI)..... | 20 |
| 1.1.4. Web Rádio..... | 20 |
| 1.1.5. Redes Vivas..... | 21 |
| 1.1.6. Ciclo Formativo do Desabafo Social..... | 21 |
| 1.2. O Desabafo Social e sua perspectiva cidadã..... | 22 |
| 2. EDUCOMUNICAÇÃO: UM CAMPO DE INTERVENÇÃO SOCIAL..... | 24 |
| 2.1. Educação e cidadania: uma relação possível..... | 27 |
| 2.2. Educomunicação e a Educação Menor..... | 32 |
| 3. ANÁLISE: O DESABAFO SOCIAL E A EDUCAÇÃO MENOR..... | 36 |
| 3.1 As tecnologias enquanto espaço de mediação..... | 36 |
| 3.2. Dialogismo e suas possibilidades de integração..... | 38 |
| 3.3 A potência dos temas escolhidos..... | 42 |
| 3.3.1. Democratização e Regulamentação da Mídia..... | 44 |
| 3.3.2. Novos modelos de Educação..... | 45 |
| 3.3.3. Feminismo Negro..... | 48 |
| 3.3.4. Políticas de Drogas e Direitos Humanos..... | 50 |
| 3.4. A formação de agentes multiplicadores..... | 52 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 54 |
| REFERÊNCIAS..... | 56 |

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tecnológico ocorrido nas últimas décadas tem nos convocado a viver novos modelos de interação, mediados pela internet e suas tecnologias. Com esta evolução, as informações passam a circular nos meios num fluxo incessante, onde atores sociais de diferentes contextos se conectam, se comunicam e trocam experiências de vida. Desta forma, os novos paradigmas da comunicação se constituem como uma potência, no sentido de gerar uma diversidade nos vínculos humanos e possibilidades de aprendizados, seja no ambiente virtual ou nas relações cotidianas entre os indivíduos.

Esta monografia é fruto de uma incursão nesse processo de expansão dos meios. Nessa caminhada, surge a proposta de tratar do Desabafo Social, coletivo criado em 2011 por Monique Evelle, uma jovem estudante da rede pública de ensino, que tinha o ideal de abordar temas relacionados à cidadania e direitos humanos com a juventude, a partir da interface entre os campos da comunicação e educação.

Para dar conta desta análise, será necessário apresentar alguns conceitos que norteiam este trabalho. Dessa forma, no capítulo um falarei sobre o Desabafo Social, como ele surgiu, algumas de suas atividades e sua perspectiva cidadã. No segundo capítulo, volto o olhar para o campo da Educomunicação, seus conceitos bases e proponho uma abordagem da Educomunicação como prática para a Educação Menor, conceito proposto por Sílvio Gallo (2016) para pensar as práticas pedagógicas. E por fim, no terceiro capítulo, faço uma análise das atividades do coletivo, a partir de minhas experiências e escutas e propondo um cruzamento com conceitos estudados ao longo desse processo.

O caminho que me fez chegar a essa ideia de desenvolver uma pesquisa como trabalho de conclusão de curso não foi algo planejado, mas os percursos que fiz ao longo deste ano me direcionaram a isso. Também não foi fácil descobrir o que me motivaria a escrever esta monografia. Ao longo desses sete anos na universidade (três anos no Bacharelado Interdisciplinar e quatro anos no curso de Jornalismo), sentia a necessidade constante de dialogar tanto com a teoria que a academia me

proporcionou, quanto com a prática cotidiana, para fazer jus às abordagens interdisciplinares que tive ao longo desses anos e também com o que me move enquanto indivíduo.

E foi assim que, na disciplina Comunicação e Atualidade II, tive a oportunidade de conhecer um pouco sobre os conceitos da Educomunicação e sua perspectiva de intervenção. Me encantei com a proposta de prática social que este campo oferece, entendendo as especificidades dos indivíduos e enxergando as multiplicidades que envolve o processo do conhecimento, além da necessidade de repensar os paradigmas construídos historicamente no processo ensino-aprendizagem.

No mesmo ano, ouvi minha mãe falar sobre um projeto “fantástico” de uma aluna, que decidiu criar um coletivo para tratar de temas que envolvem direitos humanos e cidadania. Fiquei curiosa e fui pesquisar na internet. Foi reconfortante ver que uma jovem, conseguiu criar uma rede para discutir questões que afetam o cotidiano de jovens e principalmente dos jovens da periferia, a minoria que o Estado e outras instituições insistem em não enxergar. Queria fazer parte daquilo, ouvir outras vozes, sair do meu lugar de conforto e privilégios. Foi então que decidi participar de algumas atividades do Desabafo Social.

Ao longo desses poucos anos de envolvimento, participei do Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Desabafo Social, de alguns encontros do #NaRoda, Escambo de Ideias e do Ciclo Formativo, realizado neste ano. E sempre me vinha à mente a ideia de trabalhar com a Educomunicação seguindo a lógica do Desabafo, por acreditar na importância do diálogo e da construção coletiva e por ver a potência que a juventude representa para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

E foi então que percebi que naquele momento, fazia todo o sentido eu me dedicar a uma pesquisa mais aprofundada para entender como o projeto funciona, o movimento político e militante presente em cada ação do grupo e sua proposta de colocar a juventude na centralidade dos seus debates.

E o primeiro questionamento que me veio nesse processo foi: “porque esses jovens precisam destes espaços para reafirmar suas existências?”. Para responder essa

pergunta de forma mais concreta e quantitativa, busquei dados de uma pesquisa feita em 2013 pelo “Participatório: Observatório Participativo da Juventude”¹, que tratava do perfil nacional e opinião dos jovens brasileiros. O que mais me chamou atenção nesse material foi o fato de que 56% da juventude (faixa etária de 15 a 29 anos), tem absorvido intensamente as informações vindas das novas tecnologias da comunicação e informação.

Segundo a pesquisa, “a internet é utilizada por 79% dos jovens e 9 em cada dez possuem celular (89%)”. A justificativa principal para esses jovens utilizarem o celular é a conexão, seja por mensagens, ligações, acesso a internet e redes sociais. Ou seja, essas tecnologias só reforçam a ideia de que a juventude está buscando alternativas de informação que superem as paredes e muros da sala de aula e que façam parte dos seus outros espaços de convívio.

Outro aspecto importante nesta pesquisa e que também norteia este trabalho, é o fato desta juventude se preocupar com questões que ganham importância em seus contextos sociais, no seu cotidiano e que na maioria das vezes não são discutidos no ambiente familiar, nas escolas ou em grupos de amigos. A mesma pesquisa revela que tanto nas relações com a famílias quanto com amigos e outros grupos, os jovens sentem mais necessidade de conversar sobre assuntos relacionados à violência, drogas, desigualdades sociais, educação e futuro profissional, sexualidade, racismo, cidadania e direitos humanos, entre outros temas.

Fazendo um cruzamento entre esta pesquisa e as ações que movem o Desabafo Social, conseguimos perceber o quanto as atividades propostas pelo coletivo só reforçam a necessidade da participação social dessa juventude, num movimento político de intervenção. É aqui que eu os convido a prestar atenção e escutar um pouco esses e tantos outros desabafos que a juventude, inquieta e sedenta de espaços onde possam se comunicar sem barreiras, silenciamentos e repressões, buscam criar e recriar, numa dimensão coletiva que ultrapassa os limites institucionalizados e nos convoca a repensar os modelos de ensino.

¹ Ver pesquisa em: <http://www.ondajovem.com.br/noticias-destaque/PesquisaJuventudeBrasil.pdf>

1. Por um Desabafo Social

O sonho de transformar a realidade da juventude a partir da educação moveu a jovem soteropolitana Monique Evelle, estudante do ensino médio, que imaginava esse sonho como uma possibilidade de discutir ações voltadas para a juventude, em especial a juventude negra.

E foi desse desejo que o Desabafo Social ganhou vida, em 2011, com a proposta de realizar ações voltadas para a Comunicação e Educação abordando os Direitos Humanos. No início, a idealizadora tinha como foco central a atuação no grêmio estudantil da sua escola, o Colégio Estadual Thales de Azevedo, mas na época, as atividades no grêmio foram bem reduzidas e a jovem resolveu então levar sua ideia adiante, realizando oficinas com crianças no seu bairro, no Nordeste de Amaralina.

A partir dessas ações os jovens moradores começaram a participar dos debates, utilizando temas do cotidiano dessas crianças para discutir questões que fossem pertinentes a suas realidades, levando em conta o contexto de suas vidas e o fato de viverem num bairro periférico de Salvador, que no imaginário de muitos é aquele bairro “perigoso”, “muito violento” entre outras construções que acabam por perpetuar o estigma desses locais, criando assim uma relação distorcida e marginalizante entre a periferia e os seu entorno.

Então por que falar de Direitos Humanos e Cidadania com esses jovens? O contexto democrático por si só nos garante, ou deveria garantir, o respeito aos direitos humanos, dando condições mínimas de justiça social e garantia de direitos básicos de existência e sobrevivência para a população. Sabemos que isso não é exatamente o que acontece na prática. Ao pensar nos direitos humanos para a população negra, essa garantia se mostra ainda mais precária, devido ao processo histórico de exclusão sofrido no Brasil. Infelizmente o negro e mais explicitamente o jovem negro ainda é “o alvo primeiro da violência”. Sabemos que se trata de uma violência institucionalizada, por isso falar em direitos humanos é urgente e crucial para construção de uma população mais consciente dos seus direitos e deveres.

Mas, pelo contrário, é justamente nos países que mais violam os direitos humanos, nas sociedades que são mais marcadas pela

discriminação, pelo preconceito e pelas mais variadas formas de racismo e intolerância, que a ideia de direitos humanos permanece ambígua e deturpada. Portanto, no Brasil, hoje, é extremamente importante situar direitos humanos no seu lugar. (BENEVIDES, 2013 p.03)

É importante salientar aqui o lugar de ação da juventude, não mais como mero espectador dos processos sociais, mas como indivíduos ativos nesse processo. Nesse sentido, a tomada de consciência desses jovens para as práticas de democratização da comunicação, de liberdade de expressão e cidadania, promove hábitos mais participativos e ativos diante da sociedade. Essas questões têm sido levantadas e impulsionadas por diversas instâncias sociais, principalmente após a elaboração do Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13) onde é reconhecido “o papel estratégico da juventude no desenvolvimento do país e aponta os direitos que devem ser garantidos de acordo com a especificidade dessa população.”.

Ao dialogar com temas cotidianos com estes grupos, o projeto, enquanto movimento de atuação fora dos espaços formais de aprendizagem, conseguem produzir debates extremamente relevantes para esses indivíduos, pois dialogam com questões do seu cotidiano, trazendo assim seu papel social enquanto agentes de mobilização para a formação de sujeitos preocupados com questões cidadãs.

(...) permitir que os jovens passem de consumidores passivos a leitores atentos e observadores críticos dos meios de comunicação, capazes de criar as próprias mensagens e conteúdos. (SOARES, 2011, p.30)

Esse diálogo se torna possível a partir dos usos dos meios de comunicação e suas ferramentas, de forma democrática e pública, proporcionada pelo uso da internet. Esse ambiente de comunicação é indispensável e inerente ao convívio social.

... a comunicação é um bem social de suma importância que deve ser analisado e implementado exclusivamente sob a ótica do bem comum. O que vale dizer: toda relação comunicativa pode transformar-se numa relação educativa e toda ação educativa deveria transformar-se em ação comunicativa. (SOARES, 2004, p.04).

Essa transição entre a passividade diante do mundo para agente de um processo de mobilização se torna possível a partir da utilização dos meios de comunicação e

suas possibilidades de interações. Essa mudança de paradigma surge da intenção dos indivíduos de transformar a realidade dos grupos a que pertencem através de ações comunicativas, com um objetivo claro: a construção de uma sociedade mais democrática e cidadã.

Essas pequenas ações foram ganhando uma dimensão inesperada e a casa de Monique se transformou numa espécie de cinema, onde eram exibidos filmes, programas de televisão aberta entre outros conteúdos e, após assisti-los, os participantes realizavam uma roda de diálogo para discutir sobre os conteúdos abordados nas narrativas e produções, na tentativa de aproximar o diálogo aos interesses dos espectadores. Eram tantas crianças e adolescentes interessados que o espaço já não comportava os encontros.

Foi então que Monique, estimulada pelos pais, resolveu ocupar a sua rua, com sessões de cinema ao ar livre e oficinas itinerantes. Essas atividades aconteciam em vários espaços do bairro, com o intuito de debater com os moradores temas relacionados a direitos humanos, educação ambiental, produção de fanzines e discussões sobre comunicação, despertando o interesse desses indivíduos para assuntos que os afetam cotidianamente. Essa nova perspectiva de abordagem e de atuação foi despertando nesses jovens um olhar mais crítico e coletivo para a necessidade de se discutir temas que muitas vezes são silenciados nas escolas e que influenciam o seu cotidiano.

Com o crescente interesse dos moradores de participar dos encontros, surgiu a ideia de aumentar a atuação do projeto, para que ele pudesse dar conta das tantas demandas da juventude e principalmente a juventude periférica: o Desabafo Social precisava alcançar outros bairros, cidades, estados e como a própria Monique dizia: “dominar o mundo”. Diante das dificuldades comuns a qualquer projeto que ganha uma dimensão não esperada e sem recursos, surge a ideia de criar uma revista do Desabafo Social, para que o projeto saísse do papel e ganhasse forma na internet. E foi em dezembro de 2012 que o DS² caiu na rede, com a produção da *1ª edição da Revista Desabafo Social*³. Nessa primeira produção e divulgação da revista pelas

² Abreviação do termo Desabafo Social.

³ Revista Desabafo Social: https://issuu.com/desabafosocial/docs/revista_1_edicao

redes, pessoas de todo o país se interessaram em participar do DS, de colaborar de alguma forma, seja com ações em suas cidades, com a produção de conteúdos para a revista, trocando suas experiências e principalmente com a divulgação da revista, que na época foi compartilhada em diversas redes sociais e ganhou um enorme alcance.

Com a expansão das ações e o engajamento de novos indivíduos o DS deixa de ser um projeto individual e passa a atuar numa dimensão bem maior do que o que era esperado inicialmente. Essas ações, deslocam os indivíduos e assumem uma construção coletiva, onde os indivíduos envolvidos nesses processos entendem a necessidade de assumir o protagonismo de suas vidas a partir de ações cidadãs. Esse movimento demonstra que “a cidadania é a expressão de um tipo de modernidade que representa a possibilidade de indivíduos e grupos reclamarem o seu lugar na sociedade”. (STRECK, 2004, p.62).

Hoje o Desabafo Social conta com quatro colaboradores em Salvador, que formam a equipe base do coletivo, dividindo suas funções de forma criativa e inspiradora, além dos 52 potencializadores de rede espalhados por 13 estados país, os colaboradores, que seguem alimentando as diversas frentes de ação do coletivo. O coletivo realiza formações (workshop, oficinas e palestras), consultorias para comunidades escolares, além da produção de conteúdos para o site, que é feita de forma colaborativa. Segundo levantamento realizado pelo coletivo⁴, somente no segundo semestre de 2015 foram realizadas cerca de 73 atividades, resultando no cadastramento de 257 jovens interessados em colaborar com o DS.

Dessa forma, as atividades realizadas pelo DS buscam ouvir dos jovens relatos sobre suas expectativas enquanto sujeitos sociais e a necessidade da desconstrução dos modelos instituídos de forma crítica e consciente. Ancorada nas discussões sobre a interface entre comunicação e educação e a criação de um novo campo do saber, que ganhou força nas últimas décadas, o coletivo deseja realizar ações para fortalecer o protagonismo juvenil atuando assim como ferramenta para que os participantes possam multiplicar essas ações em diversos espaços.

⁴ Para ver detalhes acesse: <http://desabafosocial.com.br/>

As atividades do coletivo se dividem entre ações na rede, e também eventos locais, com o intuito de promover um intercâmbio de ideias e também de fazer circular essas ações e trocas, para que as atividades aconteçam de forma descentralizadora, a partir do desejo de novos potencializadores. Essa construção pode ser feita a partir dos agenciamentos criados ao longo desses 5 anos de ações do Desabafo.

Esse fluxo sem dúvida amplia a dimensão crítica do sujeito, garantindo a esses indivíduos novas experiências, numa perspectiva transdisciplinar, onde diferentes campos do saber são abordados de forma múltipla, trazendo conteúdos de interesse público numa perspectiva criativa e envolvente para os jovens. Ao falar sobre as possibilidades diversas de troca de saber, Schaun (2002) afirma que esse diálogo possibilita “revelar a transversalidade da produção de conhecimentos científicos sobre questões que envolvem a comunicação e a educação...”. (SCHAUN, 2002, p.31).

Ações como as realizadas pelo coletivo surgem como uma nova alternativa ao modelo hegemônico de comunicação no país, onde uma pequena parcela detém o capital e portanto os grandes conglomerados de comunicação, enquanto a grande parcela da sociedade é vista como mero espectador e consumidor. Essa lógica, nos últimos anos, tem ganhado uma nova lógica de produção e consumo desses produtos, pois com o uso da internet e suas ferramentas conectam os indivíduos, aproximando-os online e offline. Esse encurtamento das distâncias tem gerado um grande movimento de mobilização nas redes, com discussões de diversos temas, principalmente pela juventude.

Nesse sentido, o coletivo busca trazer para a população, principalmente a população negra, ferramentas de resistência para a construção de uma sociedade capaz de escutar as demandas dos jovens e adolescentes, que buscam espaços alternativos de discussão e debates de temas que as escolas, tradicionalmente não discutem, nem sequer enxergam como demandas que competem aos educadores a necessidade de diálogo e problematização.

1.1 Projetos do Desabafo Social

Atualmente, o DS realiza ações online e offline a partir de mobilizações nas redes sociais, trabalhando direitos humanos e envolvendo questões de gênero, raça, educação para a comunicação, formação sociopolítica entre outras atividades, com foco na juventude. A seguir, listaremos algumas ações do coletivo, mostrando um pouco de suas atividades centrais e os focos de cada uma. O presente trabalho se propõe a analisar duas dessas ações, a partir do seu entendimento enquanto prática educacional, numa lógica de mobilização e produção de agenciamentos nesse processo.

1.1.1 Escambo de Ideias

O projeto Escambo de Ideias⁵ surgiu em 2015, com a proposta de realizar videoconferências online, discutindo temas que são sugeridos pelos internautas através das redes sociais do DS. A proposta é reunir jovens de todo o Brasil, interessados em temas cotidianos que muitas vezes os afetam, sendo emergente para esses jovens os debates e desconstruções das questões trazidas por eles.

Em 2015, na primeira edição do Escambo, o tema de discussão foi a violência contra a juventude, com recorte da juventude negra. A partir da fala de jovens militantes de diversas regiões do país, envolvidos diretamente com a temática, os participantes trouxeram algumas experiências sobre o genocídio da juventude negra, tema tão pertinente e necessário de se discutir. “Quem policia a polícia?”, “somos o inimigo comum da polícia, o suposto padrão”. Durante as discussões, frases como essas são relatadas pelos jovens, que questionam o despreparo da polícia em suas abordagens.

Neste ano, o Escambo de Ideias passou por uma reformulação e os debates passaram a acontecer quinzenalmente. Com temas como “Transfeminismo e visibilidade trans”, “modelos de educação”, “Feminismo negro”, “Matriarcado, ancestralidade e negritude”, “Representatividade negra na música brasileira”, “Vamos discutir branquitude?”, “Políticas de drogas e direitos humanos”,

⁵ Ver Escambo de Ideias em: <https://www.youtube.com/channel/UCzWReRt8lZtrcYGg6wA5w2w>

“Participação política” e “Desmonte do sus”, as ações propõem temas que geralmente não são discutidos em sala de aula, propondo novos olhares para temas que afetam as minorias sociais, principalmente aquelas que historicamente foram invisibilizados, seja pelo processo de colonização, seja pela configuração atual da sociedade contemporânea.

1.1.2 #NaRoda

A proposta de realizar rodas de bate-papo em lugares públicos surgiu em 2013, por conta da grande procura de jovens de todo o país, interessados em propor rodas de conversas com a participação do Desabafo Social em suas cidades. Foi aí que o DS decidiu organizar o primeiro encontro, o #NaRoda. Com o objetivos de convocar jovens, adolescentes, militantes de diversos segmentos sociais, a ação propõe discutir temas que interessam o coletivo, contando com a participação da sociedade civil nesses debates, para que a partir das discussões e visões de mundo de cada um, se construam alternativas de mobilizações sociais.

Os temas são escolhidos surgem a partir das discussões observadas nas redes sociais, que geram grande mobilização virtual, mas que muitas vezes não são debatidos de forma profunda. A partir dessas sugestões, o coletivo procura convidar pessoas envolvidas de alguma forma com a temática, seja pela militância, pelo estudo ou simplesmente pelas vivências.

1.1.3 Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Desabafo Social (NEI)

O Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Desabafo Social (NEI), realizado em 2014, buscou fomentar debates, dialogar com pessoas de diferentes áreas de atuação, com diferentes idades e de qualquer lugar do mundo. Os mediadores do NEI, membros do Desabafo Social, na época eram estudantes do Ensino Superior em Humanidades com ênfase em Política e Gestão da Cultura, Psicologia e Direito, por isso a diversidade de temas e propostas de discussão e atividades.

Utilizando a plataforma de Educação à Distância UDEMI, para a realização dos módulos, o grupo de estudo discutiu temas como Direitos Humanos da Infância e Juventude, abordagem das questões de gênero nas escolas, relações raciais, temas voltado para a educação, além de oficinas com produção de jornais eletrônicos e bancas de revistas online.

A ideia, segundo a equipe do Desabafo, era mobilizar pessoas em de todas as idades, para que esse ambiente virtual pudesse produzir novos colaboradores das diversas áreas profissionais, que se interessem em levar as ideias discutidas para os ambiente de convívio coletivo.

1.1.4 Web Rádio

Um programa onde questões da juventude são centro do debate, feito por e para jovens. A partir de uma parceria com a Rádio Juventude, os colaboradores do Desabafo Social no interior de São Paulo, Lucas Antonio e Carlos Alberto, apresentavam o programa do Desabafo Social semanalmente, abordando temas relacionados aos direitos humanos , sobretudo, relações raciais e democratização da mídia. Os demais colaboradores do Desabafo sugerem pautas, fazem entrevista e divulgam o programa nas redes sociais. Este ano, o projeto precisou ser interrompido, mas a ideia é que em 2017 ele seja repaginado e volte ao ar.

1.1.5 Redes Vivas

Lançado em junho deste ano, o projeto Redes Vivas busca reunir informações sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), numa plataforma voltada para profissionais, serviços da área e usuários do sistema, com a proposta “de promover ações junto com coletivos e organizações, além de estabelecer parceria com profissionais autônomos para trabalhar voluntariamente ou com um valor acessível para pessoas negras, pessoas trans e travestis.”

A ideia do projeto é fortalecer o sistema público de saúde, dialogando com os profissionais da área, ouvindo a população que utiliza esses serviços e o mais importante, torná-los acessíveis para todos os cidadãos.

QUEM GANHA:

1. Profissionais da área de saúde e assistência: facilidade no serviço, fortalecimento do trabalho, reconhecimento e aumento do atendimento (voluntário ou com valor acessível)
2. Serviços de saúde e assistência: fortalecimento da rede, recursos humanos para o SUS e SUAS e integralidade na assistência
3. Usuários destes serviços: maior garantia de universalidade, equidade e integralidade nos serviços. (Site do Desabafo Social)

1.1.6 Ciclo Formativo do Desabafo Social

Com o intuito de promover debates sobre temas relevantes para a atual conjuntura social e política do país, o DS realizou em maio deste ano a primeira edição do Ciclo Formativo do Desabafo Social. Os encontros eram semanais e a cada roda de conversa era escolhido um assunto para debate, com a participação de um profissional com expertise na temática.

As discussões foram norteadas a partir dos seguintes tópicos: direitos humanos e cidadania, políticas públicas, mídias alternativas, relações raciais, gênero e diversidade e população em situação de rua. Os encontros aconteceram até junho, na Universidade Salvador (Unifacs).

1.2. O Desabafo Social e sua perspectiva cidadã

Diante do histórico do DS apresentado anteriormente e do entendimento de sua proposta de intervenção cidadã, podemos perceber as possíveis potências que as ações do coletivo produzem. Entendendo a comunicação como um processo natural nas relações humanas e como direito básico garantido pela constituição brasileira, o coletivo tenta criar ações que trabalhem questões envolvendo cidadania e direitos

humanos para a juventude, que tradicionalmente não ocupam os espaços legitimados onde acontecem essas discussões.

E por que discutir cidadania com esses jovens? Ao buscar a definição do termo nos dicionários encontramos, em geral, a definição de cidadania como um conjunto de direitos e deveres que permitem a vida em sociedade. E como pensar nessa perspectiva cidadã sem problematizar as questões que envolvem a democracia? O que pensamos sobre democracia? Geralmente a primeira palavra que vem na nossa mente é liberdade e em seguida o entendimento da liberdade de expressão, de ir e vir, autonomia nas escolhas que constituem nossa subjetividade.

Um dos direitos imprescindíveis que envolvem a democracia e já falado anteriormente é o direito à comunicação. Se pensarmos nas transformações vividas nas últimas décadas percebemos que esta comunicação não envolve somente o ato de se comunicar. Mais do que isso, hoje esse fluxo envolve o direito à informação, que com a utilização da internet encurtou as distâncias, reconfigurou a velocidade e circulação dos acontecimentos. Segundo Guareschi (2006, p. 29) “a realidade de hoje exige cada vez mais que os sujeitos saibam lidar com uma imensa gama de informações que invadem diariamente sua vida cotidiana, de forma desconhecida para nossas gerações precedentes”.

Por isso não dá para falar em participação social e cidadania sem tensionar esse lugar ocupado pela mídia, que deveria garantir à população serviços públicos de comunicação, que dialogassem com suas necessidades de consumo de informação, que mostrasse a realidade. Realidade esta que Guareschi (2006, p. 30) sinaliza como “o que existe, o que tem valor, o que traz as respostas, o que legitima e dá densidade significativa ao nosso cotidiano”. Mas sabemos que na vida real a lógica não é bem assim, já que o Brasil é um dos países onde os veículos de comunicação são dominados por pequenos grupos e famílias que ao longo dos anos conquistaram verdadeiros impérios midiáticos.

E é por entender a necessidade dessa escuta que o DS cria ações para dialogar com a juventude, trocar saberes e experiências cotidianas, percebendo a importância dos debates entre esses indivíduos como forma de despertar as suas

potências e criatividade. Essa demanda surge também da necessidade das agendas sociais voltarem seu olhar para essa nova geração, que tem mostrado a importância da comunicação para a garantia dos direitos humanos.

Na verdade, é nessa prática de falar, de se comunicar, que o ser humano se expressa, se exterioriza, como verdadeiro criador e agente da história, pois é então que ele sai de si mesmo e oferece o que alguém pode ter de mais profundo, original, único: sua criatividade, seu pensamento inovador. (GUARESCHI, 2006, p. 35)

2. Educomunicação: um campo de intervenção social

O termo educomunicação foi utilizado pela primeira vez por Mario Kaplún, pesquisador argentino que criticava os modelos de aprendizagem conteudistas, propondo, na década de 70, um novo olhar para a educação a partir da sua relação com os meios de comunicação - uma “comunicação educativa”. A educomunicação surge então como proposta de recuperar a dimensão dialógica do processo de ensino-aprendizagem, onde comunicador e educador atuam como agentes de um processo de mudança social, a partir do compromisso com a sociedade, numa visão de educação como ato político.

Militante convicto da necessidade de uma sociedade mais justa, Kaplún viu no somatório das áreas Educação e Comunicação a alavanca para a cidadania, por meio de utilização de técnicas midiáticas para a sua consecução. E com isso ele se propõe a conseguir seu objetivo mais importante: formar o público usuário para uma recepção mais crítica e consciente das mensagens dos meios massivos. (FERRARI, 2006, p.09)

No Brasil, a Educomunicação ganhou força a partir da década de 90, na tentativa de reaproximar as interfaces Educação e Comunicação, criando assim um novo campo de intervenção político-social. Antes dessa retomada, a UNESCO já havia proposto a utilização do termo, em 1980, para tratar dos *Media Education*⁶ a partir da lógica de análise dos efeitos dos meios de comunicação na formação de jovens e adolescentes, através dos estudos de recepção em diversos países. Essas ações surgem da necessidade de fortalecer a capacidade cidadã dos jovens, promovendo a aproximação entre comunicação e educação como ferramenta para a construção de políticas públicas.

O país foi um dos pioneiros nessas discussões e fundamentações metodológicas, quando, no final da década de 90, o Núcleo de Comunicação e Educação da USP (NCE-USP) realizou o 1º Congresso Internacional sobre Comunicação e Educação, onde se discutiu a importância de, a partir do entendimento dos *Media Education*, trazer para a discussão central a informação enquanto produção cultural, dando espaço para a utilização da Educomunicação como prática de intervenção social, com uma construção política desta nova interface pedagógica. A partir da

⁶ Ver mais em: Revista Comunicação & Educação, Ano XIX, n.2, jul/dez.2014.

coordenação do professor Ismar de Oliveira Soares, o núcleo tem buscado, ao longo desses anos, trazer as práticas educomunicativas como ferramentas necessárias à construção de políticas públicas que consigam alcançar jovens e adolescentes cada vez mais, fazendo da educação um instrumento de cidadania e de construção do pensamento crítico dos indivíduos.

Partimos da premissa de que a educomunicação, conceito que (...) designa um campo de ação emergente na interface entre os tradicionais campos da educação e da comunicação, apresenta-se, hoje, como um excelente caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os seguimentos humanos, especialmente da infância e da juventude. (SOARES, 2011, p. 15)

É importante, antes de adentrar em algumas perspectivas metodológicas, deixar claro que a educomunicação, ao firmar suas bases teóricas e de atuação, tem como pilares alguns conceitos bem importantes para entender sua ação política. A primeira concepção é que, através do dialogismo proposto por Freire (1983), a relação ensino-aprendizagem seja, antes de mais nada, um “ato comunicativo” que permita a relação com o outro. Essa relação possibilita a interação entre os seres humanos. Freire (1983, p. 45) estabelece como “o acordo entre os sujeitos, reciprocamente, comunicantes. Isto é, a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito”. É por meio desse vínculo que as problematizações e questionamentos sobre o mundo surgem, o que tornam os sujeitos cada vez mais conscientes dos seus atos nos espaços que ocupam na sociedade.

Como contribuição para a educomunicação, Freire (1981, p.65) traz a crença de que “existir é assim um modo de vida que é próprio ao ser capaz de transformar, de produzir, de decidir, de criar, de recriar, de comunicar-se”. Dessa forma, a educação, enquanto ferramenta de libertação, só será eficaz no momento em que os indivíduos envolvidos nesse processo consigam comunicar-se uns com os outros, entendendo o diálogo como interação, relação social e portanto, processo coletivo.

O segundo pilar da educomunicação é a ideia de que seu campo de atuação social, fortemente influenciado pela perspectiva construtivista, se propõe a desterritorializar

os processos de ensino-aprendizagem. Com base no conceito de desterritorialização proposto por Deleuze, a educomunicação entende que o saber pode sim circular em outros espaços que tradicionalmente não possuem a legitimidade e o prestígio da sala de aula. Essa visão ultrapassa as tentativas de controle que esses ambientes propõem, buscando assim uma outra forma de percepção do indivíduos e seu cotidiano. Para Deleuze (1992, p.218) “acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos.”

Por fim e não menos importante, os processos de atuação social da educomunicação propõe como inovação o olhar atento para a recepção. O objetivo é perceber como os indivíduos recebem as mensagens e as codificam, a partir de seus repertórios, do convívio social e principalmente da sua relação crítica e multidirecional com os meios. Essa estrutura se torna urgente graças aos avanços tecnológicos que, ao longo dos anos, tem reconfigurado os modos de interações entre os indivíduos, que não aceitam mais esse lugar de mero espectador, propondo assim uma nova nova forma de interação, de estímulos dos media.

Dessa forma, Schaun (2002, p. 76) acredita que “a comunicação hoje é também instauradora da ordem do tempo, quando adquire estatuto de legitimar, a qualquer tempo e a qualquer hora, todos os restantes de campos sociais, inclusive o campo educacional.”. Essa transformação para além de dar conta das demandas tecnológicas, conseguem também acompanhar as necessidades da juventude, que tem demonstrado ao longo desses anos sua insatisfação com os modelos tradicionais seguidos nas escolas. Não é possível mais ignorar o espaço que a mídia tem ganhado na dimensão cotidiana e a necessidade de dialogar com as atuais expectativas dos jovens, cada vez mais sedentos de conhecimentos e de outros modelos de aprendizagem.

2.1 Educação e cidadania: uma relação possível

O diálogo com a juventude através das práticas educacionais, pode funcionar como ferramenta de atuação desses indivíduos no mundo, principalmente, por meio dos usos das novas tecnologias. Nas últimas décadas, o advento da internet e os

avanços tecnológicos, constituíram uma nova dimensão na relação entre os sujeitos, seus processos comunicativos e as possibilidades de mediações que esse novo paradigma, mediado pelos aparatos tecnológicos, nos apresenta. Nesse novo contexto, a mídia passa a centralizar as relações humanas, através das redes sociais. Para Muniz Sodré (2001), esse novo elemento caracteriza uma “nova forma de consciência coletiva”.

É a partir desse novo cenário de desenvolvimento tecnológico e informacional que o projeto do Desabafo Social se insere, como uma proposta para suprir os novos formatos de comunicação e suas relações em rede, por meio de ações online e offline. Tendo como foco de atuação a juventude periférica, essas ações, pautadas nas práticas educomunicativas, garantem espaços de fala para esses agentes sociais, que a partir da coletividade podem discutir questões inerentes a suas singularidades. Neste processo de interação é possível tornar os indivíduos mais críticos, por meio das tensões cotidianas, também a partir de leituras e recortes sociais que a mídia massiva produz e reproduz, mantendo as disparidades sociais cada vez mais profundas e silenciadas.

O entrecruzamento dos conceitos trazidos anteriormente com as práticas do DS nos permite observar que espaços dessa natureza possibilitam novos formatos de aprendizagem e trocas, com a ação de sujeitos mais autônomos no processos de ensino-aprendizagem. Essa configuração propicia uma crítica e deslocamento do formato tradicional da educação, onde a escola é entendida como único local de construção e troca de saberes.

A educação, enquanto campo de saberes, não raramente pode ser vista como uma arena de opiniões. Um campo que poderia primar pela multiplicidade, já que é atravessado transversalmente pela filosofia, pelas diversas ciências, pela arte, tem historicamente buscado uma identidade única, sob o argumento de tornar-se científico, sucumbindo a esta vontade de verdade, a este mito moderno, criado pelo positivismo. (GALLO, 2016, p.56).

Esse cenário, faz com que pesquisadores, educadores e diversas entidades busquem caminhos para construir alternativas de aprendizagem, que fujam um pouco da abordagem dos modelos tradicionais instituídos, trazendo uma proposta que consiga aproximar jovens e adolescentes da educação de forma prazerosa.

Para Soares (2011), o que se propõe é a revisão das disfunções comunicativas oriundas das relações de poder, trazendo assim uma nova perspectiva e um novo olhar para o processo educativo.

Ao tratar desse novo campo, que possibilita novas construções e processos comunicativos por meio da participação inclusiva de jovens e adolescentes e, através da criação de novas teias relacionais com esse processo, o Núcleo de Comunicação e Educação (ECA-USP), identifica essas práticas como:

(...) o conjunto das ações voltadas ao planejamento e implementação de práticas destinadas a criar e desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços educativos, garantindo, desta forma, crescentes possibilidades de expressão a todos os membros das comunidades educativas (SOARES, 2003).

Nesse sentido, esse campo teórico-prático assume um papel político na sociedade, por construir um novo paradigma à educação, capaz de enxergar no dialogismo uma forma de aproximação entre os indivíduos. A educomunicação, dessa forma, é vista “enquanto teia de relações (ecossistema) inclusivas, democráticas, midiáticas e criativas - não emerge espontaneamente num dado ambiente. Precisa ser construída intencionalmente.” (SOARES, 2011, p. 37).

Para isso, é urgente que o ambiente escolar se comunique com o seu entorno, que ultrapasse os seus muros, descentralizando, dessa forma, a ideia do ambiente escolar como único lugar possível para a produção e circulação do conhecimento. Esse deslocamento possibilita a fruição e desenvolvimento do que Martín-Barbero (2011) denomina de ecossistemas comunicativos, como uma configuração da multiplicidade de ambientes informacionais e transmissores de conhecimento, sendo tão essenciais para a manutenção da vida em sociedade “como o ecossistema verde”. Nesse ecossistema, “o saber é disperso e fragmentado e pode circular fora dos lugares sagrados nos quais antes estava circunscrito e longe das figuras sociais que antes o administravam” (BARBERO in CITELLI e COSTA, 2011, p.126).

Ao pensar nessa circulação do saber percebemos que propostas educomunicativas funcionam como alternativas para a “descentralização da palavra autorizada e a transformação das relações sociais internas do espaço escolar.” (SOARES, in

CITELLI e COSTA, 2011, p.24). Ou seja, ações coletivas como as do DS, buscam através das práticas educacionais a construção de ambientes informais de conhecimento, com base no diálogo entre seus pares, garantindo assim uma experiência muito mais autônoma e verdadeiramente participativa. À medida que projetos educacionais possibilitam uma maior interação e comunicação entre os jovens, a escola deixa de ser espaço único de construção do saber, enquanto as práticas cotidianas passam a ocupar também o lugar dessa troca. Esse deslocamento, cria portanto:

(...) um ambiente educacional difuso e descentrado, no qual estamos imersos. Um ambiente de informação e de conhecimentos múltiplos, não centrado em relação ao sistema educativo que ainda nos rege e que tem muito claros seus dois centros: a escola e o livro. (BARBERO in CITELLI e COSTA, 2011, p.126).

Esse movimento surge da necessidade de se voltar a atenção para a expansão dos meios de comunicação na sociedade contemporânea, onde a informação passa a ocupar um papel decisivo na vida dos indivíduos, se configurando como um produto e estabelecendo, dessa forma, uma relação de poder entre quem as produz e quem as consome. A informação e, conseqüentemente, as novas configurações na relação entre a mídia e seus públicos consumidores impõe o deslocamento dos espaços de aprendizagem, já que as informações que circulam nesses lugares fazem parte do contexto cultural e social dos indivíduos.

O advento dessas novas teias nos apresenta outro aspecto importante no processo educativo contemporâneo: a emergência de entender a dimensão multicultural da sociedade. Compreender a importância da cultura no processo de construção do aprendizado é fundamental para aproximar o jovem dessa prática, pois no momento em que esse indivíduo se percebe ator social, ele consegue dialogar de forma conjunta com essa construção, voltando o seu olhar para o mundo de forma mais crítica, participativa e cidadã. Cabe à escola, perceber que o jovem de hoje não é mais aquele que busca o conhecimento somente nos livros. Eles têm acesso a internet, televisão, canais alternativos de comunicação e o mais importante, eles sentem a necessidade, mais do que nunca, de opinar sobre as coisas que acontecem ao seu redor, expressar seus anseios e angústias.

Essa conexão, por consequência, nos apresenta uma nova dinâmica de ordenação da educação, já que os livros e a escola não se constituem mais como únicas ferramentas de aprendizado. A internet e os dispositivos tecnológicos assumem um novo lugar nessa relação, se tornando uma ferramenta de aprendizado, principalmente para os jovens, que hoje em dia se veem conectados a maior parte do tempo, em diversas plataformas distintas e conseguem encurtar distâncias, saber sobre o mundo e viver experiências cognitivas sem sair de casa. Para Orozco-Gómez (2011):

(...) as novas tecnologias devem se articular como suporte de uma comunicação educativa mais diversificada, através do aproveitamento de variadas linguagens, formatações e canais de produção e circulação de novos conhecimentos. (OROZCO-GÓMEZ in CITELLI e CASTRO, 2011, p. 159)

Ao propor essa interlocução, também se propõe o desafio à escola, pois incorporar as tecnologias na sala de aula, muitas vezes se torna um desafio inalcançável para os educadores. Esta barreira se constrói no momento em que o educador não consegue fazer o uso desses aparatos tecnológicos, por exemplo, e também se recusam a entender que o aluno, que está sentado na cadeira esperando “receber” o conteúdo, pode contribuir para o seu aprendizado, numa relação de troca. O aluno, nessa relação, se transforma num ser apático, esvaziado de desejos, de interesses e também de saberes, criando assim um abismo entre esses indivíduos.

É nesse cenário que as práticas educacionais aparecem como uma proposta de permear os campos da comunicação e educação como possibilidade de transformação social. Essas práticas surgem como fruto das interações, produzidas pelos sujeitos sociais, como uma forma de intervenção nos espaços de saber, que não são necessariamente aqueles concebidos pelos ambientes formais de ensino. Dessa forma, a educação possibilita a vivência e experimentação, a partir das construções coletivas, de demandas sociais e políticas de determinados grupos sociais, transformando assim a consciência individual e coletiva para a vida em sociedade.

Vivenciar nos grupos de produção coletiva de comunicação as reais possibilidades de juntos decidirmos o que queremos para nós, para os que convivem conosco, para o nosso país, para o nosso tempo -

eis o que a Educomunicação como forma de intervenção social tem de novo ou proposta. (SOARES, 2006, p.06).

É também relevante destacar a importância deste novo campo de intervenção social como uma ferramenta de aproximação dos ambientes informais de aprendizagem, fora dos padrões educacionais rígidos estabelecidos, na tentativa de crescimento e expansão de movimentos comprometidos com a prática social, constituindo assim um fenômeno novo, que ultrapassa barreiras do ambiente escolar e atinge comunidades não necessariamente escolares. Assim, se faz necessário também entender o contexto social em que essas práticas se inserem, o porquê de escolha dessa metodologia e seu papel político-social.

A metodologia adotada na Educomunicação caracteriza-se não pelo interesse em respostas supostamente definitivas para os problemas que diuturnamente se nos apresentam, mas pelo aguçamento das contradições... Se entendermos por fim algo sobre o qual se tem clareza - as ações são pautadas pela intencionalidade - então, alterar a realidade em que se vive é o objeto principal da Educomunicação. (SOARES, 2006, p.01).

Neste novo paradigma proposto há a intencionalidade de deslocar os sujeitos sociais da perspectiva de espectador na construção das novas realidades culturais, políticas, econômicas e sociais. A desconstrução dessa ideia tem como base principal a importância do sujeito se enxergar como agente numa construção coletiva, que requer um caráter de intervenção firme e bem direcionada pela educação e seus processos informais. É aqui que a Educomunicação encontra sua base como campo de ação política, propondo o encontro da diversidade de opiniões, de ideias, aproximando discursos, conciliando as pluralidades de cada indivíduo, numa proposta de encontro da multidisciplinaridade (SOARES, 2010).

2.2. Educomunicação e a Educação Menor

“Nunca fui tímida, fui silenciada”. Esta constatação feita por Monique, hoje estimula muitos jovens que, assim como ela, tem o desejo de romper com os preconceitos sociais construídos ao longo dos anos. Jovens que encontraram no Desabafo Social, uma ferramenta de participação social e empoderamento, um lugar para falar com os seus pares.

Ao pensar nas possibilidades e encontros que ações como as do DS propõem, aproximando os jovens dos debates sobre cidadania, somos convocados a dialogar com o conceito de “educação menor” proposto por Sílvio Gallo, para dar conta do processo participativo das ações coletivas e das militâncias que envolvem esse processo. Partindo do deslocamento do conceito de “literatura menor”, como forma de desagregação da própria língua, trazido por Deleuze e Guattari⁷, Gallo (2016) nos convoca a pensar numa subversão no sistema de produção e difusão de saber, a partir das novas práticas de mobilização social.

A literatura menor subverte essa realidade, desintegra esse real, nos arranca desse território, dessa tradição, dessa cultura. Uma literatura menor faz com que raízes afluam e flutuem, escapando desta territorialidade forçada. Ela nos remete a buscas, a novos encontros e novas fugas. A literatura menor nos leva sempre a novos agenciamentos. (GALLO, 2016, p.63).

A ideia de educação menor traz justamente como base de ação, o tensionamento das estruturas de ensino pré-estabelecidas. Ao trazer o conceito desenvolvido por Deleuze e Guattari para pensar nas práticas pedagógicas de ensino, Gallo (2016), nos situa numa perspectiva que busca problematizar o ensino a partir de três definições: a ideia de desterritorialização do ensino, onde a sala de aula não se configura como espaço exclusivo de trocas de saberes; o valor coletivo que envolve este processo, já que não se trata de uma ação isolada, ao contrário, depende da relação entre os indivíduos; e por fim a sua dimensão política, visto que a educação menor parte de resistência a norma estabelecida, no contrafluxo do que nos é imposto, mesmo sendo parte dessa engrenagem.

A ideia desse conceito caminha justamente no sentido inverso ao que foi convencionalizado: pensar na educação como prática cotidiana, sem um território delimitado e capaz de escapar dessas estruturas institucionalizadas. Esse processo permite a suspensão do espaço-tempo, como possibilidade de subversão do que foi construído e criação do novo, dando conta das multiplicidades envolvidas neste percurso. É aqui que a comunicação entra como ferramenta chave neste processo, permitindo que os indivíduos, ao se relacionarem entre si, pronuncie outras formas de enxergar o mundo.

⁷ Conceito abordado na obra: “Kafka – Por uma Literatura Menor”,

Nos colocando diante do paradigma da interface entre comunicação e educação, percebemos como esse conceito se propõe a dobrar os formatos engessados da educação num movimento de “revolução” na relação ensino-aprendizagem, trazendo assim a urgência da transformação do campo da educação. A educação menor, é vista portanto, como:

(...) dispositivo para pensar a educação, sobretudo aquela que praticamos no Brasil em nossos dias. Insistir nessa coisa meio fora de moda, de buscar um processo educativo comprometido com transformações no status quo; insistir nessa coisa de investir num processo educativo comprometido com a singularização, comprometido com valores libertários. Em suma, buscar um devir Deleuze na educação. (GALLO, 2016, p.62).

Ao propor atividades onde o jovem problematiza questões que envolvem os campos da comunicação e educação, voltadas para os direitos humanos, o DS busca romper a lógica do ambiente escolar como único lugar que desafia a consciência crítica desses indivíduos. Ao invés de espectador, a juventude aqui se situa no centro do diálogo. Jovens que por tantas vezes são silenciados, seja por seus professores, pelos pais ou pela própria sociedade, buscam ser ouvidos nesses espaços. Essa subversão, na verdade, vem carregada de intencionalidade, pois esse movimento nos coloca diante de possibilidades de deslocamento e transformação dos indivíduos.

O conceito de educação menor nos convoca a pensar nas potências que essas ações geram, nos agenciamentos que essas propostas nos direcionam. O agenciamento, conceito proposto por Deleuze e Guattari, surge como um conjunto de dispositivos que agem a partir de experiências singulares, como “algo que faz acontecer, que produz” (Gallo, 2016, p.43). Nesse sentido, os acontecimentos surgem das experiências de vida de cada um, de modo muito subjetivo. Ou seja, o que se configura como um agenciamento para um sujeito, pode muito bem não ter nenhum significado para outro.

Por isso que, o mais interessante desse processo é o despertar desse indivíduo diante do mundo, do seu olhar crítico. Para Deleuze (1992, p. 211), o sentido principal dessas subversões é “(...) remontar o acontecimento, em instalar-se nele

como num devir, em nele rejuvenescer e envelhecer a um só tempo, em passar por todos os seus componentes ou singularidades.”. Essa produção se torna possível através das multiplicidades das ações entre indivíduos que coexistem nesses espaços de troca, permitindo o entrecruzamento de histórias e experiências de vida. Esses caminhos permitem a criação de “dobras” que funcionam como resistências às normas, que se constituem como ferramentas de controle e constantemente não nos permite enxergar a heterogeneidade dos espaços sociais e as contribuições que essas relações nos proporciona.

A partir das propostas de diálogo entre esses sujeitos, as ações produzidas pelo DS surgem como possibilidade de participação e discussão de jovens e adolescentes que buscam, seja no ambiente virtual ou nos encontros presenciais, espaços de compartilhamento de saberes. As práticas educomunicativas, dessa forma, possibilitam movimentos de intervenção social através do estímulo das potencialidades dos indivíduos que se envolvem nas atividades do coletivo. Esses movimentos são exercidos pela lógica do devir como lugar de transformação de grupos que enxergam o indivíduo como um ser formado por uma série de fatores e, portanto, carregado de multiplicidades. Deleuze e Guattari entendem que as multiplicidades “concernem a seus elementos, que são singularidades; a suas relações, que são devires.” (DELEUZE e GUATTARI in GALLO, 2016, p.69).

3. Análise: O Desabafo Social e a Educação Menor

Diante da dimensão e abrangência de atividades realizadas pelo DS, escolhemos focar em três projetos desenvolvidos por eles, por se tratar de ações que dialogam com os conceitos tratados nos capítulos anteriores. São eles: o Escambo de Ideias, ações pontuais do #NaRoda e o Ciclo Formativo do Desabafo Social. As atividades acima citadas foram escolhidas por conta da sua recorrência de debates, seja no ambiente virtual ou a partir de ações presenciais. O que fica evidente em todas as discussões é a necessidade de debater, de forma coletiva, novos formatos de ação para a cidadania, conscientização e participação da juventude.

Como categorias de análise, discutiremos os seguintes aspectos: 1) os formatos de mediação que baseiam os projetos e suas potências nas redes; 2) o dialogismo proposto por Paulo Freire para pensar o ato comunicativo ; 3) a relevância que os temas escolhidos representam para essa juventude; 4) a intenção de criar redes de formação e multiplicação de agentes de mobilização. Essas ações, enquanto processos coletivos, implicam a produção de movimentos que dialoguem com interesse do grupo que compõe a diversidade de agentes que constituem o DS, na perspectiva de comportar as multiplicidades que estão presentes nestes ambientes. Gallo (2016, p. 69) explica que o militante, dessa maneira, não atua visando seus interesses individuais, mas sim “em nome de um projeto coletivo, de um projeto que não tem sujeito, de um projeto que não tem fim...”.

3.1 As tecnologias enquanto espaço de mediação

Os três projetos escolhidos para esta análise envolvem atividades no ambiente virtual e encontros presenciais. É importante destacar que tanto nas ações online quanto nas offlines os formatos dos encontros são muitos semelhantes: o diálogo é sempre despretensioso sem ser alienado, quer dizer, sem marcar um território de convicções que levam à intolerância. Baseados no uso de ferramentas da comunicação, os encontros propõem discutir assuntos que sejam atraentes para esses jovens, trazendo assim aspectos do cotidiano para tensionar conflitos sociais e estimular o olhar atento e crítico desses indivíduos.

As atividades do DS, sejam elas virtuais ou presenciais, são divulgadas nas redes sociais do projeto e se pulverizam em diversos locais, seja no contato boca a boca, nos compartilhamentos no facebook ou no próprio acesso das plataformas do coletivo. Tanto na internet quanto nos espaços físicos, esses movimentos se constituem como redes colaborativas, já que o coletivo depende dessa comunicação para reforçar sua existência. E esse diálogo se alicerça justamente no uso da internet como mecanismo de encurtamento das distâncias, de aproximação dos indivíduos, de sua comunicação e suas relações com o espaço-tempo. É o que Freire (1996) vai tratar como a diluição do tempo, a rapidez e fluidez com os acontecimentos são processados e a importância desses debates circularem em diferentes espaços.

Ao conversar com alguns colaboradores do DS pude perceber como essa relação é importante para o reconhecimento do trabalho realizado por eles. “Eu conheci o Desabafo quando participei de um projeto junto com Monique, nós começamos a trocar ideias e fiquei encantada com a metodologia deles e aí quis participar de alguma forma”, conta Miriam Souza, 19 anos, estudante do IFBA. Hoje Miriam realiza ações do DS voltadas para os direitos humanos e empoderamento da mulher negra, em Lauro de Freitas, município em que vive.

E não é só nas relações face a face que o DS desperta o interesse dos jovens. “Eu comecei a acompanhar o Desabafo nas redes sociais, porque uma amiga comentou comigo sobre a página deles no facebook, e a partir daí comecei a me interessar pelos debates do Escambo de Ideias. Essas experiências têm me ajudado a pensar quem eu realmente sou”, afirma Larissa Teixeira, de 19 anos.

A proposta do Escambo de Ideias é realizar ações online para discutir temas que são sugeridos nas redes sociais do DS. O encontro acontece através de hangout, um aplicativo desenvolvido pelo Google que permite o bate-papo e videoconferência com duas ou mais pessoas, possibilitando assim uma maior interatividade. O bate-papo é mediado por Laura Almeida, Auxiliar de Pontes do DS, e conta com a participação de convidados que possuem alguma experiência nos temas abordados. O nome Escambo de Ideias por si só já mostra uma subversão da ideia de transmissão do conhecimento, que parte de um indivíduo detentor desse saber para

um outro esvaziado, num espaço institucionalizado. Essa concepção dialoga com a ideia de desterritorialização proposta por Gallo (2016) como prática de uma educação menor.

Desterritorializar os princípios, as normas da educação maior, gerando possibilidades de aprendizados insuspeitadas naquele contexto. Ou, de dentro da máquina opor resistências, quebrar mecanismos, como ludistas pós-modernos, botando fogo na máquina de controle, criando novas possibilidades. A educação menor age exatamente nessas brechas para, a partir do deserto e da miséria da sala de aula, fazer emergir possibilidades que escapem a qualquer controle. (GALLO, 2016, p. 67).

O que podemos observar nessas atividades é sua forte relação com a internet, pois desde a sua organização até sua realização, as redes sociais funcionam como ferramentas para multiplicar esses espaços, fortalecer os encontros, tanto presenciais quanto os virtuais.

3.2. Dialogismo e suas possibilidades de integração

Por que os jovens estão buscando cada vez mais criar espaços onde possam trocar experiências entre si? A escola e outras instituições já não ocupam aquele lugar de legitimação do saber, que claramente está disperso e circulando em vários ambientes. O que nos chama atenção e convoca um olhar atento neste processo, é que com proposta de horizontalizar os diálogos, essa juventude busca em projetos como o Desabafo Social uma tentativa de encontrar respostas para questões que a escola não entende que deva ser papel dela esclarecer. E aqui, mais do que nunca, a comunicação assume um papel central neste processo.

O diálogo sobre esses temas é o que torna o DS uma ferramenta de interconexão dos saberes e práticas sociais. Ao problematizar questões vividas pela juventude nos encontros, o coletivo não se preocupa somente em apresentar uma pessoa que detém um certo conhecimento com o intuito de transmiti-lo aos participantes. Pelo contrário, a ideia é trocar as experiências de vida, para que esses indivíduos possam compartilhar saberes e o mais importante, comunicar-se entre si. Schaun (2002) traz como contribuição para este pensamento, a ideia de que o diálogo, enquanto

constituição individual e coletiva, abre caminhos para “um processo de inclusão e visibilidade”.

Ao convocar jovens para discutir “Ativismo Online e Offline”, a exemplo do #NaRoda que aconteceu em agosto deste ano, no Senac Dendezeiros, o DS possibilita que os estudantes tenham um momento de discussão fora da sala de aula, onde sejam debatidos temas que fogem da perspectiva técnica que aquele ambiente de ensino propõe. São jovens falando sobre suas formas de estar conectados, como enxerga as redes sociais e principalmente como esses espaços têm proporcionado ações de mobilização das mais variadas.

E é claro que essas conversas não ficam restritas a um só tema. Outras questões surgem no meio do caminho, outras problematizações aparecem e os diversos atores daquele espaço se sentem à vontade para expressar suas opiniões, independente de ser estudante, professor ou um mero espectador.

“Minha filha faz balé, não quero que ela fique pela rua ouvindo pagode ou aqueles funks que só reproduzem baixarias”, comenta José⁸, professor da instituição. Logo percebo os alunos se incomodarem com o comentário e em seguida escuto uma das alunas falar: “mas o funk também é uma forma de nós nos expressarmos”. Percebi os olhares entre os alunos, que em sua maioria não concordavam com o que o professor havia falado, mas que também ainda não se sentiam à vontade para expressar suas opiniões, afinal de contas, estávamos numa instituição de educação profissional.

Mesmo assim, os comentários surgiram e já percebia as brechas que aquele espaço estava proporcionando. Talvez essa fala fosse silenciada na sala de aula, seja por uma advertência verbal ou simplesmente por uma impossibilidade de diálogo marcada pela hierarquização existente na relação entre professor e aluno. Mas aquele espaço era propício para essa problematização, era o lugar onde esses jovens podem falar e também serem escutados. Esses movimentos dizem muito da intenção de diálogo pretendida pelo DS, no sentido de trazer para esses jovens a importância da fala coletiva. Para Santos (2000, p. 02) “as massas se mobilizam nos

⁸ Nome fictício.

lugares, nos espaços de horizontalidade e de emoção, em que produzem a linguagem com a qual elas afrontam o mundo.”

Percebemos então que o ato de comunicar o mundo constrói as relações humanas, histórica e culturalmente, no sentido de proporcionar a experiência com o outro, o diálogo em via de mão dupla. É dessa forma que se alimentam os pensamentos, que surgem os embates ideológicos, enfim que as “relações dialógicas” se estabelecem, dando conta de entender que “o mundo humano é desta forma um mundo de comunicação” (FREIRE, 1985, p.44).

Ser dialógico é vivenciar o diálogo, é não invadir, é não manipular é não “sloganizar”. O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam e, transformando-o, o humanizam, para a humanização de todos. (FREIRE, 1985, p. 28)

São nestes ambientes de escuta e fala horizontal que nos deparamos com as diversidades de opiniões, de percepção do outro enquanto indivíduo carregado de subjetividades. E foi assim que foi possível desconstruir no meu imaginário o preconceito que construí ao longo da vida, por exemplo, a respeito do funk. Ao participar do último Escambo de Ideias, neste mês de setembro, que discutiu sobre “Funk, Cultura e Feminismo”, com a funkeira Deize Tigrone, me dispus a ouvir sobre um universo que não faz parte do meu cotidiano, mas que construí uma certa visão negativa do movimento, enquanto produção cultural.

“Funk é cultura?”. Sempre ouvia esses comentários em alguns ambientes de debate, e durante o bate-papo percebi o quanto é importante respeitar o lugar de fala de quem realmente vive a realidade do que escreve nas suas letras. Ao falar, por exemplo, sobre a relação entre o funk e o feminismo, Deize afirma: “nem sabia o que era feminismo. Vivi numa situação de pobreza e dela resultaram outros problemas, mais complexos e subjetivos. Então fazer essas músicas, onde eu posso falar da autonomia da mulher, da sua liberdade sexual e tantas outras questões significa hoje para mim ter liberdade. Então se feminismo significa isso, eu sou feminista sim.”. Aqui percebo o quanto é necessário o diálogo e o processo de desconstrução, seja pelo lugar de privilégios que muitas vezes ocupamos, ou pela rejeição de enxergar o

outro. “É na minha disponibilidade à realidade que construo a minha segurança, indispensável à própria disponibilidade”. (FREIRE, 1996, p. 135).

Esses processos são possíveis através das relações que os indivíduos estabelecem, propondo tensionar opiniões, conviver com essas problematizações e tirar algo de produtivo nisso tudo, através do convívio com o outro, do ato de se comunicar. Em seu memorável livro, *Comunicação ou Extensão*, Paulo Freire ressalta o papel libertador que a comunicação proporciona a quem realmente se dispõe a vivenciá-la.

(...) na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar se comunicam seu conteúdo. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. (FREIRE, 1985, p. 45)

O que fica evidente é que essas trocas permitem não só a circulação do conhecimento, mas o mais importante, o confronto de opiniões, contextos culturais e econômicos e a horizontalidade desses espaços. Sem a figura de um líder, de alguém que detém um determinado poder, o DS busca subverter os territórios estabelecidos, os status e as hierarquias que tanto silenciam a juventude, na tentativa de criar novas formas de se comunicar com esses indivíduos.

Percebemos nessas situações que, seja no ambiente virtual, com o Escambo de Ideias ou nas atividades face a face com o #NaRoda, os participantes, experimentam novas configurações comunicativas, permitida pela sociabilidade que permeia os projetos do DS.

A socialidade, gerada na trama das relações cotidianas que tecem os homens ao juntar-se, é por sua vez lugar de ancoragem da praxis comunicativa e resulta dos modos e usos coletivos de comunicação, isto é, de interpelação/constituição dos atores sociais e de suas relações (hegemonia/contra-hegemonia) com o poder (BARBERO, 2003, p.08)

Nesse sentido, a comunicação aparece como mecanismo para essa juventude interpretar de forma mais crítica e combativa, as próprias mensagens produzidas na internet, além de poder criar os seus discursos e torná-los públicos nas redes sociais. Com isso, esse espaço virtual, media tanto o que o DS promove nas redes quanto o que ele produz presencialmente, aproximando os jovens a partir do seu

valor coletivo. Para Gallo (2016), não é possível pensar nesses processos tentando enxergar o indivíduo como um ser único e isolado. Esses movimentos são fruto de “agenciamentos coletivos”, ou seja, do contato e vivências em grupos e sociedade.

As trocas de experiências e informações nesses movimentos sugerem o uso da internet como espaço fortalecedor dessas redes colaborativas, produzindo uma interação social mais móvel e transitória. Castells (2003, p. 98) fala que os “novos padrões, seletivos, de relações sociais substituem as formas de interação humana territorialmente limitadas.”. Dessa forma, tanto o que acontece online, quanto as ações que dependem de um espaço físico, possuem um diálogo entre si, seja a partir dos temas, dos seus mecanismos de divulgação ou das relações que os jovens participantes estabelecem com o coletivo.

3.3 A potência dos temas escolhidos

Democratização da mídia, feminismo negro, direitos humanos, políticas de drogas. Esses são alguns dos temas escolhidos pela DS para nortear algumas de suas atividades. Os assuntos discutidos não são escolhidos aleatoriamente, pelo contrário, tem uma intencionalidade, tem um movimento político por trás de cada temática escolhida. Com uma constante regularidade de ocorrência, as temáticas são propostas numa tentativa de fortalecimento da cidadania, através das redes de contatos propostas pelo coletivo.

Esses temas surgem com uma força política, pois no momento que essas minorias encontram suas vozes numa estrutura coletiva, os agenciamentos ganham força e se disparam em diferentes direções. Para Gallo (2016) essas ações produzem forças que permitem “um desafio ao sistema instituído”. E este desafio já não comporta mais pensar somente em formas de amenizar os problemas que envolvem o ensino no Brasil, moldado numa lógica medieval e que até hoje não consegue acompanhar os avanços dos últimos séculos, que compartimentaliza o saber em disciplinas isoladas umas das outras, sem entender a necessidade de um diálogo entre esses conhecimentos e as práticas cotidianas. Criar rupturas nesse modelo é justamente escolher o sentido oposto a essa lógica, é pensar numa educação que permita os indivíduos enxergarem de forma mais crítica o mundo ao seu redor.

Ao caminhar no sentido contrário e discutir os temas que inquietam a juventude, principalmente uma parte da juventude que sente na pele as desigualdades sociais presentes em seu cotidiano, o DS busca desterritorializar o espaço de circulação do saber, reforçando o que Gallo (2016) vai trazer como possibilidade de ruptura dos processos educativos . Esse deslocamento permite que pessoas que não tenham, necessariamente, um diploma ou títulos acadêmicos possam expressar suas opiniões sobre assuntos que geralmente as afetam, mas que elas não têm oportunidade de dialogar.

A escolha dos temas, na verdade, é o que move o DS, pois permite que o coletivo fortaleça o seu discurso sobre cidadania e direitos humanos, voltando seu olhar para a juventude e suas inquietações. A seguir, por uma questão metodológica, irei especificar os temas debatidos ao longo de alguns encontros e discutir sobre sua relevância.

3.3.1. Democratização e Regulamentação da Mídia

Na segunda edição, ainda em 2015, o tema escolhido foi Democratização e Regulamentação da Mídia. Os participantes discutiram a monopolização dos veículos de comunicação por grupos políticos dominantes no Brasil, que controlam os serviços prestados à população e como isso vai de encontro com a Constituição do país. “Como é que teremos liberdade de expressão se apenas seis famílias brasileiras controlam 70% da mídia no país?”

Questionamentos como esses surgem a partir das necessidades da juventude de terem opções de escolhas dos produtos que consomem, se identificando ou não com os temas abordados em jornais, revistas, programas televisivos, internet, blogs e tantos outros meios de tecnologia da informação. Entendendo que vivemos uma nova configuração de circulação e produção dos acontecimentos, é inevitável problematizar as questões que envolvem o direito à informação, que está claramente ligado à democratização da comunicação.

Esses debates ganharam força a partir da popularização do uso da internet, o que permitiu que jovens pudessem produzir e divulgar conteúdos dos mais variados. “O direito humano à comunicação nos dá, ou deveria, a possibilidade de escolher que tipos de produtos oferecidos pela mídia iremos consumir”, afirma Luiz Felipe, membro da Juventude Conectada aos Direitos Humanos. Esse livre acesso permite que os indivíduos se tornem mais autônomos e capazes de contribuir para uma sociedade mais cidadã e portanto inclusiva. Raddatz (2015) entende que os meios de comunicação contribuem, dessa forma, para a interação da sociedade e a criação de uma esfera pública, o que permite a circulação de discursos dos cidadãos.

Iniciativas como as do Escambo de Ideias, demonstram como a internet e as novas tecnologias possibilitam encurtar os espaços permitindo a aproximação entre os indivíduos, que se conectam nas redes. Segundo Lévy (1993), a rede de relações humanas mediada pelas tecnologias permite a criação de um ambiente cognitivo descentralizado, o que possibilita uma grande diversidade de usos e interações entre indivíduos e aparatos tecnológicos. Por esse aspecto, é imprescindível que esse movimento, ao dialogar com o contexto social do Brasil, seja acompanhado do entendimento da comunicação como livre direito dos cidadãos, de forma horizontal, entendendo as especificidades regionais, econômicas e culturais do país.

O que os jovens discutem, nesse encontro, é a necessidade de limitar o controle dos veículos de comunicação a partir da regulamentação da mídia. Considerar a necessidade de democratizar esses canais, nos permite também pensar no aumento do acesso dos cidadãos, principalmente as que são tradicionalmente excluídos desses espaços, dando assim o poder de escolha aos indivíduos, mediante a possibilidade de opções do que se consumir ou não.

Os indivíduos contribuem para a construção e a reconstrução permanentes das máquinas pensantes que são as instituições. Tanto é assim que toda estrutura social só pode manter-se ou transformar-se através da interação inteligente de pessoas singulares. (LÉVY, 1993, p.88)

3.3.2. Novos modelos de Educação

“O atual modelo de educação não tem suprido as necessidades atuais da população, principalmente dos jovens. Precisamos de uma educação que não seja somente conteudista, mas que seja uma ferramenta de qualidade de vida para as pessoas”, comenta a estudante de administração Janaína Melo, ao participar do Escambo de Ideias - Novos Modelos de Educação. Nos últimos anos, os jovens têm demandado, nos últimos anos, a necessidade de reformulação dos modelos, se alinhando minimamente, com as novas expectativas de suas vidas. Ao protestar para a criação desses espaços, a juventude reivindica seus direitos enquanto sujeitos sociais, que em muitos momentos, são vistos como imaturos e incapazes de pensar num futuro.

Os jovens, por estarem vivendo um momento de transição para a vida adulta, muitas vezes se sentem silenciados por instituições e modelos engessados de ensino, que não conseguem dar conta dos seus anseios, nem colaborar para que eles possam “aprender a querer aprender”. Para entender a complexidade das questões que envolvem juventude e educação no contexto sociocultural em que vivemos é necessário perceber o lugar da comunicação neste processo, “valorizando o potencial comunicativo dos jovens” (SOARES, 2011, p.30). Esse novo olhar já não comporta uma relação unilateral, já que a juventude tem se posicionado de forma cada vez mais autônoma.

O desafio que compete às novas formas de educação passam sim por um processo de ressignificação desses espaços, subvertendo essas estruturas e permitindo pensar numa nova concepção desses lugares de troca de experiência. Estes novos modelos ultrapassam os muros das escolas e ganham voz em outros ambientes, através da informalidade. Movimentos como estes nos sugerem uma nova forma de apreender sobre o mundo, numa perspectiva de desterritorialização dos processos pedagógicos. A desterritorialização é entendida nesse contexto como um processo de “enfraquecimento da dimensão espacial da vida social.” (HAESBAERT e BRUCE, 2002).

Nesse sentido, o surgimento desses movimentos mostram a urgência de processos de revolução da estrutura pedagógica como um todo. Para que esse movimento seja

viável é preciso entender, como ressalta Barbero (1999), em entrevista à revista *Comunicação & Educação*⁹, que “o saber legitimado socialmente passa por muitos lugares”. Esse é o desafio da educação, entender que o ambiente escolar é mais um dos lugares onde os saberes circulam e que a juventude, ao longo das décadas, tem reformulado suas formas de se relacionar com esse conhecimento e que as tecnologias da informação se constituem como um novo paradigma na educação.

“Quando pergunto aos jovens o que eles querem aprender, eles ficam chocados pois nunca foram levados a pensar no que eles gostariam de ouvir”. A fala de Franco de Castro, professor de Química e integrante do Coletivo Reconsiderare, nos mostram como esse diálogo está no lugar do incomum, como se fosse praticamente impossível um professor se preocupar com o que interessa ao aluno. Ao invés disso, o educador geralmente entende que o aluno precisa “decorar” um conteúdo programático, para se preparar para a semana de prova, para os exames que enfrentarão ao longo dos anos, para o tão sonhado mercado de trabalho. O que vemos nessas falas, é a dificuldade de se escutar os estudantes, como se estes não soubessem o que pode ou não ser bom para sua vida.

Falas como essa citada acima nos permite entender o processo de resistência ao modelo de educação positivista, que compartimentaliza o saber, que se distancia da construção cultural, política e social, enquanto influências cotidianas na formação do indivíduo, produzindo uma sociedade cada vez mais preocupada com os resultados e não com a “construção de uma cosmovisão abrangente que lhes permita uma percepção totalizante da realidade”. (GALLO, 2016, p.71).

Ao pensar nos movimentos de transformações sociais a partir da educação, nos colocamos em constante devir, já que essas ações por si só constituem a reinvenção de novos caminhos de construção política, a partir da intervenção social. Como contribuição para esse conceito filosófico, Deleuze (1992, p.211) afirma que “a única oportunidade dos homens está no devir revolucionário, o único que pode conjurar a vergonha ou responder o intolerável”.

⁹ Entrevista Publicada na Revista *Comunicação & Educação*, n. 15, maio/ago. 1999.

Esses movimentos nos sugerem uma nova forma de apreender sobre o mundo, numa perspectiva de desterritorialização dos processos pedagógicos. No momento que ações e falas como essas surgem, nos fazem crer que esses espaços virtuais se tornam válidos para a juventude, pois criam encontros fora da perspectiva formal de ensino, onde os professores detêm o conhecimento e títulos, e caminhando para uma relação mútua de troca onde a revolução pedagógica mostra que a estrutura envolvem outros atores.

Nesse sentido, debates como esse mostram a urgência de processos de revolução da estrutura pedagógica como um todo, que, no contexto político social atual, nos sugere a importância da juventude nesse processo. Essa construção coletiva, permite que as pessoas assumam um espírito de militância diante da necessidade de uma concepção do processo de transformação libertária.

O termo militância aqui foge do imaginário político partidário que foi construído nas últimas décadas, na verdade é uma militância de entender os sujeitos enquanto atores sociais, que estão também construindo processos de fuga das regras e normas institucionalizadas. Gallo (2016), salienta que essas minorias, ao construírem espaços de transformação, se tornam militantes de uma causa coletiva, mobilizando grupos em que se unem para a construção de uma sociedade mais digna e cidadã. Esse militante, para ele, procura ser “um vetor da produção de superação” (GALLO, 2016, p. 61).

3.3.3. Feminismo Negro

A terceira edição do Escambo de Ideias propõe a discussão sobre Feminismo Negro. O debate surge da necessidade de se discutir outras intersecções do movimento feminista, que de 2015 para cá ganhou destaque e fortalecimento das articulações, seja nos debates políticos ou no cotidiano da sociedade. Neste sentido, se percebe a urgência de discussão dessas novas demandas desse ser feminino, que na verdade são antigas, mas que foram silenciadas historicamente pelo processo de colonização. Demandas que passam pelas especificidades da mulher, neste caso, da mulher negra, garantindo assim seu espaço de luta social também.

A necessidade de autoafirmação, surge como proposta de problematização dos aspectos que perpassam o “ser mulher negra”. “Sofremos por ser mulher e sofremos muito mais por ser mulher negra, o que demanda de nós a construção do nosso feminismo.”, afirma Ayara Odara, militante do movimento negro e feminista. Para ilustrar essa relação desigual, o Dieese divulgou, em 2015, o Mapa do Negro no Mercado de Trabalho¹⁰, que mostra o resultado de uma pesquisa elaborada em cinco capitais brasileiras, inclusive Salvador. Um dos resultados mostra que a parcela de desemprego cresceu nos últimos anos e os mais afetados foram os negros. Nesse recorte da população negra, as mulheres sofrem mais com o desemprego. O que esses dados nos mostra é como o processo de discriminação tem seus recortes e nesse sentido, a mulher negra se torna o alvo primeiro, violando assim questões básicas que concernem os direitos humanos.

Esse relato nos mostra, como afirma Bento (2002), que “a exclusão passa a ser entendida como descompromisso político com o sofrimento de outro”. Ao trazer esse aspecto para o debate coletivo, seja dentro do movimento feminista negro, seja nos ambientes virtuais como o Escambo de Ideias, percebemos como essas microações nos fazem pensar numa nova forma de visualizar os processos de desigualdade social em que fomos construídos.

Ao produzir esses agenciamentos, percebemos que movimentos como estes, não estão necessariamente preocupados com a finalidade da sua ação, mas sim com o processo, com o que está por vir, com os agenciamentos que essa troca entre os indivíduos possibilitam, mesmo se tratando de movimentos feitos pela e para uma minoria. É preciso deixar claro aqui, que o conceito de minoria trazido não carrega valor qualitativo ou que faz juízo de valor, de forma alguma.

Minority is not a collective subject identical to itself and numerically defined, but a transformative flux that crosses a group and seeks a singular subjectivity. A place of change and passage, as the author of a work is a “place” mobile of language. (MUNIZ SODRÉ in SCHAUN, 2002, p.57)

¹⁰ Ver em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/2015/2015pednegrossintmet.pdf>

A importância de se tratar de questões que permeiam as necessidades de fala das mulheres negras se tornam visíveis graças aos movimentos de debates sobre discriminação e questões raciais que envolvem todo o processo histórico e social vivido no Brasil e que afetam e inquietam a juventude. “A nossa luta é a de quebrar todos os estereótipos e paradigmas que foram ao longo dos séculos construídos a respeito da mulher negra.”, comenta Joice Berth, arquiteta e urbanista, colunista do Justificando e da Imprensa Feminista, pesquisadora de questões raciais e feminismo interseccional, que colaborou com o debate.

Um ponto muito importante que vemos em todos esses debates é a necessidade da confluência de trabalhos coletivos, da discussão em espaços que possibilitam a troca. Partindo do entendimento do Desabafo Social como proposta para uma educação menor, que pensa na participação da juventude como forma de subverter a lógica tradicional da educação, percebemos a emergência de novos formatos de experimentações e fluxo dos saberes, que dialoguem com os dispositivos e ferramentas tecnológicas, que compreendam o novo contexto vivido na contemporaneidade, onde a mídia controla as discussões e a organização das informações, estabelecendo assuntos prioritários ou não. Essas transformações vividas nos últimos anos, proporcionam um novo olhar para essas resistências, que surgem através das ações produzidas pelas minorias, enquanto “*máquinas de resistência*” (GALLO, 2016, p.70).

É pesquisa e ação inteiramente realizadas por pessoas que se auto convocam para participar de grupos que regularmente se reúnem, falam de si mesmas, dos motivos que as levam a ficar juntas, do que querem para si mesmas e pra sociedade em que vivem. E, então, produzem comunicação (...) (SOARES, 2010, p. 01)

3.3.4. Políticas de Drogas e Direitos Humanos

“Como a atual condição de guerra às drogas colabora cruelmente com o genocídio em massa da população negra?”. A história do proibicionismo tem muito mais a ver com o controle de determinados grupos sociais do que o uso ou proibição da guerra às drogas, que não é real na sociedade, além da disputa dos grandes mercados. Esse controle, no Brasil, está diretamente relacionado à população negra, numa

estratégia de dominação desses indivíduos, como forma de opressão e manutenção das desigualdades sociais. Construir uma política de drogas se torna então, imprescindível para a juventude, principalmente a juventude negra, que está mais exposta nesse contexto.

É fato que a guerra às drogas não atinge a população de forma simétrica, é na verdade, mais um mecanismo de opressão que reflete as grandes desigualdades sociais que o país está imerso. Dentro dos inúmeros recortes feitos nesse espectro, a mulher e a juventude negra sofre de forma mais avassaladora esses processos de violência, que se instaura numa relação de poder silenciosa e repressora. Nesse sentido, o Estado e suas ramificações institucionais, que deveriam dar um suporte para esses cidadãos, são os que mais marginalizam, segregam e massacram a população. Para Foucault (1979), essas organizações são na verdade “instrumento dessa dominação”, funcionando como aparelhos de punição.

Na contramão desses modelos repressivos, a política de Redução de Danos se apresenta como uma quebra na lógica do proibicionismo, como forma de se pensar a saúde dos usuários de drogas, dando a eles estrutura no que diz respeito aos cuidados com o bem-estar do indivíduo. Para Luana Malheiros, da Rede Latino Americana e Caribenha de Pessoas que Usam Drogas (LANPUD) e mobilizadora regional da Associação Brasileira de Redutores de Danos, “a redução de danos é a ferramenta política real que temos para enfrentar a intolerância que existe ao usuário de drogas”. Dessa forma, essas alternativas funcionam para a juventude como um conjunto de mecanismos que busca o entendimento e fortalecimento de caminhos para o autocuidado e a percepção do seu corpo, de sua saúde e qualidade de vida.

Estabelecer mecanismos de informação para que esses jovens assumam a narrativa de suas vidas é sim uma prioridade dos novos militantes e pesquisadores sobre política de drogas. A questão surge a partir da problematização da ideologia proibicionista, que não dialoga com a grande subjetividade que envolve o consumo de substâncias psicoativas, além de tratar da dependência como uma doença e crime, encarcerando a população que vive à margem da sociedade.

Essa mobilização da sociedade desloca a ação política, no sentido de permitir que esses debates aconteçam não somente nos espaços institucionalizados de construção política, mas também a partir das ações de coletivos e militantes que trabalham para construir uma rede de proteção para os usuários de drogas, que precisam ser enxergados como cidadãos que fazem parte da sociedade e portanto precisam de políticas públicas que envolvam a saúde desses indivíduos.

3.4. A formação de agentes multiplicadores

O Ciclo Formativo do Desabafo Social, realizado entre maio e junho deste ano, tinha como foco propor encontros para discutir sobre temas atuais e que vêm ganhando visibilidade na internet. A ideia era formar agentes multiplicadores, para que os participantes pudessem compartilhar os conhecimentos adquiridos em seus ambientes de convívio, fortalecendo assim a ação cidadã da formação.

Particpei do ciclo formativo e ao longo dos encontros pude perceber a diversidade dos participantes envolvidos no processo, alguns mais jovens, outros mais maduros e com uma trajetória de vida mais longa, mas todos dispostos a debater questões que afetam direta ou indiretamente suas rotinas. Ao longo dos encontros pude perceber que os participantes estavam ali justamente com a ideia de aumentar seu repertório para poderem atuar em outros espaços que já fazem parte. Percebemos com isso que como o diálogo promove a desconstrução e como esse processo é necessário para quem se propõe a participar dos encontros. Essas formações não são feitas somente para cumprir tarefas, mas para despertar em outros indivíduos a disposição em multiplicar essas práticas.

E é o que acontece ao longo da história do DS. Em diversos momentos pude perceber que todos os colaboradores foram se aproximando do coletivo a partir das atividades que participavam. É o caso de Gabriel Leal, que acompanhava o DS nas redes sociais e ao participar de um evento na Defensoria Pública do Estado, para discutir o Estatuto da Criança e do Adolescente, conheceu Monique e começou a se envolver com as atividades do coletivo. “Em 2013 eu me aproximei de Monique e começamos a conversar sobre projetos. A gente sempre mantinha contato, tirava

dúvidas e aí num dia ela me convidou para fazer parte do Desabafo. Quando percebi eu já estava envolvido com o coletivo.”.

Assim como Gabriel, outros tantos jovens procuram o DS para realizar atividades em suas cidades com o intuito de promover um debate mais profundo sobre determinados temas e intervir de alguma forma nos seus contextos de vida. Isso mostra como o papel militante do Desabafo Social tem sido determinante para sua existência, desde a realização das sessões de cinema que motivaram Monique a realizar ações pelo seu bairro, até a participação dela em congressos, eventos e mesas de debate. O interessante nesse processo é perceber como o coletivo não se preocupa em centralizar atividades, mas sim despertar nos participantes a ideia que eles também podem colaborar com os projetos e que é sim possível construir propostas de intervenção em seus bairros, cidades e estados, multiplicando assim sua área de atuação.

Esta vontade de transformar a vida de jovens e adolescentes que tem feito do Desabafo Social uma plataforma colaborativa e integrativa de saberes, práticas e vivências. E mesmo com tão pouco tempo de atuação, a sua existência já representa uma mudança significativa na vida de alguns jovens que se permitiram vivenciar os desafios de uma construção coletiva baseada na propagação de práticas cidadãs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi construído com o objetivo de realizar uma pesquisa sobre o Desabafo Social, sua relação com as práticas educacionais como proposta para uma educação cidadã e sua perspectiva de educação menor. Para isso, busquei analisar algumas atividades desenvolvidas pelo coletivo, a fim de traçar e delimitar alguns pontos-chaves que norteiam a trajetória do Desabafo.

Nesse percurso, percebi a necessidade de contar um pouco da história do grupo, suas atividades e projetos, trazendo a importância desse espaço como lugar de encontro da juventude. Num segundo momento, busquei conceituar algumas bases teóricas que envolvem o coletivo, na tentativa de trazer algumas problematizações e inquietudes que observei ao longo do processo de pesquisa e envolvimento com o trabalho. E por fim as categorias de análise me direcionaram a um olhar mais atento da real militância do coletivo e sua busca pela democratização de espaços que tradicionalmente são negados aos jovens.

Acredito que o que realmente garante a existência do Desabafo Social é sua proposta de discutir temas que são urgentes para a juventude, que fazem parte de suas rotinas diárias e que não possuem um devido espaço para ser debatido. Nesse sentido, busquei entender de que forma o coletivo transita pelo conceito de educação menor que mesmo com sua dimensão reduzida, conseguem agenciar outros indivíduos com sua perspectiva coletiva. Estas escolhas me permitiram entender que há sim um processo de militância que envolve o DS, que foge de uma visão partidária, entendendo o poder da cidadania e da mobilização da juventude.

Destaco aqui a importância da comunicação enquanto ferramenta pedagógica nesse processo, pois possibilita a conexão entre o DS e o seu público, tanto nos encontros presenciais como nas redes sociais. Um exemplo disso são os relatos trazidos ao longo do trabalho de jovens que acompanhavam o DS nas redes sociais e que após participarem de algum projeto do grupo resolve então colaborar de forma mais pontual, seja realizando alguma ação, contribuindo com divulgação do coletivo ou escrevendo no blog. Esses movimentos fortalecem a lógica de produção e difusão das atividades do Desabafo.

Não posso deixar de falar sobre o significado que este processo teve para mim. Sair um pouco da zona de conforto e me permitir ouvir mais sobre assuntos que não fazem parte diretamente do meu cotidiano, me mostrou como a educação, em diferentes formatos e espaços, contribui para uma verdadeira mudança social, imprescindível para a vivência real de uma democracia. Ver movimentos como o Desabafo Social propondo esse “enfrentamento” me faz ter esperança nas próximas gerações e numa verdadeira libertação das mentes humanas, mesmo numa dimensão utópica e de certa forma idealizada.

Sem sombra de dúvidas este trabalho contribuiu para o meu amadurecimento enquanto indivíduo, enquanto ser coletivo e principalmente como agente de mudanças, mesmo que nunca perspectiva minoritária. Entender a importância desses tensionamentos me fez enxergar outras possibilidades para o meu percurso profissional e acadêmico, e agradeço imensamente ao Desabafo Social por me proporcionar essa vivência e aprendizado.

REFERÊNCIAS

BARBERO, Jesús Martín. **Pistas para entre-ver meios e mediações**. In: Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Maria Immacolata Vassalo de Lopes. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/pistas-para-entre-ver-meios-e-mediaco.es.html>

BENEVIDES, Maria Victoria. **Cidadania e Direitos Humanos**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. 2013.

Disponível em:

<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf>

BENTO, M. A. In: CARONE, I. **Psicologia Social do Racismo**. Coleção Psicologia Social. Vozes. 2002

CITELLI, Adílson Odair. Costa, Maria Cristina Castilho (org.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FREIRE, Maria Teresa Marins; CARVALHO, Denise Werneck de.

Educomunicação: Construção Social e Desenvolvimento Humano - Um relato de pesquisa. 2012.

Disponível em:

http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_Comunicacao_e_Tecnologias/Trabalho/06_22_34_2381-7546-1-PB.pdf

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____ **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 26.ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

_____ **Comunicação ou Extensão?**. 8. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

GALLO, Sílvio. **Deleuze & a Educação**. 3. ed.; 1. reimp. - Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Mídia e Cidadania**. In: Conexão - Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 27-40, jan./jun. 2006.

HAESBAERT, Roberto; BRUCE, Glauco. **A Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari**.

Disponível em:

<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/74/72>

LEVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência: O Futuro do Pensamento na Era da Informática**. Tradução Irineu da Costa, 1. ed. Editora 34: 1993.

MELO, José Marques de et al. (orgs.). **Educomídia, alavanca da cidadania: o legado utópico de Mario Kaplún**. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco / Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. **Tecnologias na educação: mediação para os Direitos Humanos**. In: Educomunicação: Caminhos da sociedade midiática pelos Direitos Humanos. São Paulo. 2015.

SANTOS, Milton. **“O tempo despótico da língua universalizante”**. São Paulo: Folha de São Paulo, 05 de novembro de 2000.

SCHAUN, Angela. **Educomunicação: Reflexões e Princípios**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SOARES, Donizete. **Educomunicação: Dimensão social e política**. 2006.

Disponível em:

http://portalgens.com.br/portal/images/stories/educomunicacao/Educomunicacao_dimenso_social_e_poltica/Educomunicacao_dimenso_social_e_poltica.pdf

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio.** São Paulo: Paulinas, 2011.

_____ **Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre Comunicação e Educação.** Revista Comunicação & Educação. Ano XIX, v. 19, n. 2, jul./dez. 2014.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/72037/87468>

_____ **Uma Educomunicação para a Cidadania.** Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo. 2001

Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/6.pdf>